

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SUAS MÚLTIPLAS FACETAS: SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL

Davi Augusto dos Santos Soares
Graduando em Psicologia
Universidade Tiradentes - UNIT
daviaugusto_soares@hotmail.com

Victoria Beatriz Santos Lima
Graduanda em Psicologia
Universidade Tiradentes - UNIT
Victoriabslima@gmail.com

Stephany Menezes da Silva
Graduanda em Psicologia
Universidade Tiradentes - UNIT
stephany0704@gmail.com

Karina França de Souza
Graduando em Psicologia
Universidade Tiradentes - UNIT
karina240@gmail.com

Dayanne Souza Figueiredo
Mestra em Psicologia Social - UFS
Professora da Universidade Tiradentes - UNIT
Pós graduada em Neuropsicologia - UNIT
dayanne.figueiredo@souunit.com.br

V Seminário Internacional Desfazendo Gênero

RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o fazer do psicólogo e a importância da psicologia social frente às violências de gênero. Entendendo a psicologia social enquanto uma área que visa compreender os processos sociais e a relação dos indivíduos, busca-se levar em consideração a realidade sócio-histórica e cultural a qual estão inseridos. Utilizando como metodologia, levantamentos de dados bibliográficos e dos dados no atlas da violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de 2019 a 2021 sobre o aumento das violências de gênero contra mulheres cis e trans, bem como conteúdos colhidos mediante a experiência observacional e prática de estágio obrigatório em Psicologia Social na Clínica Escola de Psicologia da Universidade Tiradentes de Aracaju/SE. Desse modo, encarando as múltiplas formas de violência de gênero enquanto um fenômeno estrutural e construído, reproduzido social e

culturalmente, percebeu-se necessário buscar modos de atuações por parte dos psicólogos, abarcando a conscientização e enfrentamento em seus múltiplos contextos, como também, todo sofrimento que envolve vítima e agressor.

Palavras-chave: Psicologia; Violência, Gênero.

ABSTRAT

This paper proposes a reflection on the psychologist's work and the importance of social psychology in the face of gender violence. understanding social psychology as an area that aims to understand social processes and the relationship of interested parties, seeking to take into account the socio-historical and cultural reality in which they are inserted. Using as a methodology, bibliographic data surveys and data in the violence atlas of the applied economic research institute from 2019 to 2021 on the increase in gender violence against cis and trans women, as well as content collected through observational experience and internship practice compulsory in Social Psychology at the Clinical School of Psychology at Tiradentes University of Aracaju / SE. Thus, considering multiple forms of gender violence as a structural and constructed phenomenon, reproduced socially and culturally, it is necessary to seek ways of acting by psychologists, encompassing awareness and coping in their multiple contexts, as well as the whole suffering that involves both victim and aggressor.

Keywords: Psychology; Violence, Gender.

INTRODUÇÃO

A psicologia social tem por objetivo analisar como os processos sociais influenciam no comportamento do sujeito, estudando a forma que a realidade social é construída dentro do processo sócio-histórico-cultural e como ela afeta os indivíduos de forma singular e mútua. Segundo Meyers (2014), “o nosso comportamento social é moldado por outras pessoas e por nossas atitudes, personalidade e biologia”. Durante o estágio básico, o estudante que opta pela área de Psicologia Social tem a oportunidade de observar as diversas maneiras em que o contexto social atinge o indivíduo e proporcionar intervenções com base nos estudos sociais, possibilitando a esses, um novo olhar acerca da realidade e uma melhor vivência de afetos.

Por meio da relação entre os estagiários, pacientes, profissionais da instituição e o meio como um todo, é possível proporcionar transformações na realidade de todos, já que segundo Lane (2007), é preciso considerar “o ser humano como manifestação de uma totalidade histórico-social, produto e produtor de história”.

É preciso estar ciente do regulamento da clínica, para que quando um paciente busque auxílio, se torne possível lidar com a demanda e da melhor forma possível responder e encaminhar. O estagiário deve ter responsabilidade com o outro e manter o sigilo profissional 5 aprendido, que está de acordo com o Código de Ética do Psicólogo de não explicar informações da clínica e pacientes.

As atividades feitas no estágio básico têm como objetivo ampliar a visão dos estagiários acerca de como indivíduos se apresentam de forma multifacetada, sendo o ser biopsicossocial, a fim de desconstruir preconceitos e estereótipos e acolher as demandas como um verdadeiro profissional.

Em suma, as atividades visam proporcionar ao estagiário uma vivência mais próxima da profissão, auxiliando os profissionais da clínica, incluindo os professores supervisores dos estágios básicos e específicos, propondo intervenções, aprendendo sobre o ambiente institucional e vivenciando os desafios deles, formando grupos de estudos e realizando pesquisas de temas pertinentes a relação do indivíduo e sociedade, com o intuito de promover conhecimento e futuras pesquisas. O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a conscientização do agravamento da violência de gênero em seus múltiplos contextos.

A Lei 11.340/2006, surge diante de um contexto internacional, com forte recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, diante da violação de Direitos Humanos de Maria da Penha Maia Fernandes, para prevenir e coibir a violência de gênero no ambiente doméstico, familiar ou de uma relação íntima de afeto. No âmbito de uma pesquisa qualitativa onde foram investigados os discursos coletivos das áreas que acolhem essa demanda, seu contexto sócio-histórico-cultural e todo sofrimento que envolve vítima e agressor.

DESENVOLVIMENTO

Conceitualização de violência

A violência surge em situações em que algo ideal pertencente a um indivíduo está sendo ameaçado, como um papel de dominância.

Violência, para a Organização Mundial de Saúde, caracteriza-se pelo uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha a possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug et al., 2002).

Para Michaud (1989), a etimologia do termo evidencia a ideia de uma força não qualificada que se torna violência apenas quando passa da medida, quando perturba uma ordem, quando rompe acordos e regras que ordenam relações.

A violência é presente no dia a dia de cada indivíduo e pode-se encontrá-la nos detalhes, um ato de violência nunca é um ato isolado, ele é sintoma de uma negligência com o outro, de uma sociedade opressora, de uma voz ensurdecida, da ignorância e do esquecimento.

Tipos de violência

Segundo Dahlberg e Krug (2007), a violência pode ser categorizada da seguinte forma: 1) Violência auto infligida, que é subdividida em comportamento suicida (como ideações suicidas ou o suicídio propriamente dito) e agressão auto infligida (como a automutilação). 2) Violência interpessoal, que se divide em violência de parceiros íntimos e violência da comunidade, entre indivíduos sem relação pessoal, que podem ou não se conhecerem. 3) Violência coletiva, essa última está subdividida em violência a social, política e econômica. A social é cometida por um coletivo com um objetivo final de uma ação social, como um ataque terrorista. A política inclui a guerra e conflitos violentos praticados por grandes grupos e a econômica é aquela cometida por grandes grupos motivados pelo lucro econômico.

Pode-se perceber que essas categorias de violência estão interconectadas entre si, as grandes organizações e o sistema vigente nas sociedades influenciam o comportamento dos indivíduos individualmente e esses irão ditar o próprio sistema.

Violência, Machismo e o olhar da Psicologia Social

O patriarcalismo, por visar a figura do ser masculino no centro das atividades, configurando o homem como provedor da casa, o mais forte, o que está envolvido em questões políticas; enquanto as mulheres são encarregadas de funções mais delicadas, nada de fazerem parte de atividades públicas ou algo que lhes distancie do seio familiar. (DE MELO, 2020)

Consequentemente, a hierarquia, algo profundamente arraigado na sociedade brasileira, se incube de transmitir todos esses ensinamentos, construídos de forma discriminatória, às gerações mais novas. (DE MELO, 2020)

O patriarcalismo arraigado que deu lugar a hierarquia cultural machista fora sendo naturalizado, isso porque nem sempre a prática violenta e discriminatória contra a mulher foi considerada crime. A antropóloga Rita Laura (2003, p. 264), faz menção à reprodução da violência com a existência de dois eixos. Segundo ela, o eixo vertical é a relação entre dominante e dominado, oprimido e opressor; e o eixo horizontal, que liga o dominador a seus semelhantes no mesmo nível hierárquico. (DE MELO, 2020)

A identidade de uma pessoa é formada a partir das várias relações sociais às quais exposta, Hall (2015) atribui o nome de sujeito sociológico para tal formação. Dentre algumas dessas relações, é possível citar três que, arrisca-se a afirmar, a maioria dos sujeitos convivem ou conviveram: família, instituição escolar e mídia. (DE OLIVEIRA, MAIO, 2016)

As esferas sociais têm o potencial de auxiliar na formação da identidade humana, de modo a intervir na interação social e contribuir (positiva ou negativamente) nessa definição pessoal (OLIVEIRA; MAIO, 2014). É importante salientar que as identidades são mutáveis, pois, conforme anuncia. Louro (2001, p. 12), “[...] somos

sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero [...] têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural”. (DE OLIVEIRA, MAIO, 2016)

Ao mesmo passo em que a instituição família pode contribuir (ou não) em uma formação humanizada e igualitária, a escola pode desenvolver esse papel, dependendo dos ensinamentos e aprendizados que são praticados nesta instituição. (DE OLIVEIRA, MAIO, 2016)

Conceitualização de gênero

A história do gênero se inicia desde os primórdios na separação dos indivíduos baseada em seus sexos, ao longo do tempo esses dois grupos (masculino e feminino) tomaram papéis sociais, que eventualmente, formaram padrões comportamentais que se instauraram como a norma para todos. “Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta”. (Haraway, 2004, p. 211). Os conceitos modernos de gênero têm apoio na constatação de Simone de Beauvoir "não se nasce mulher, torna-se mulher".

De acordo com Carvalho e Rabay (2015) a palavra “gênero” vem do Latim *genus*, de onde também provêm os vocábulos "gene", "gerar" e "genital". Ainda segundo esse autor, gênero não é apenas uma característica individual, mas representa um conjunto de valores que afetam as relações. Mediante a essa dinâmica a injustiça de gênero permanece oculta muitas das vezes.

O gênero seria uma construção social, esses construtos são produtos sócio-histórico-culturais baseados em relações de poder. “A transgeneridade, dessa forma, não pode ser encarada como desvio do natural, mas sim desvio da imposição social que se estabeleceu dentro de estruturas maiores de poder.” Reis e Pinho (2016).

O termo “cis” e “trans” tem referência na isomeria espacial geométrica da Química Orgânica. Os “cis” são átomos que os grupos ligantes iguais permanecem do mesmo lado no plano espacial, enquanto os “trans” permanecem em lados opostos no mesmo plano. De acordo com Rodovalho (2017), o dicionário Houaiss traz a definição

de cis como "da preposição latina de acusativo cis 'aquém, da parte de cá de' (por oposição a trans)".

Pessoas cis encontram-se alinhadas com o gênero que foram designadas socialmente ao nascer, ao contrário de pessoas trans, que vão possuir identidades de gênero distintas ou se opor as expectativas de gênero impostas socialmente. Pessoas cis encontram-se dentro do espectro binário, enquanto as pessoas trans podem identificar-se como binário e não-binário. Identidades binárias são: homem ou mulher, podendo haver homens trans, mulheres trans e homens cis e mulheres cis. Alguns exemplos de identidade não binária são: agênero (ausência de gênero), gênero neutro (balanceamento de todos os gêneros) e gênero-fluido (espectros de gênero em constante mudança, não sendo restrito há apenas dois). Reis e Pinho (2016)

Conceitualização de violência de gênero

Segundo Gomes (2016), o gênero engloba o universo das inter-relações socioculturais com regras e simbologias marcadas pelo patriarcalismo, em que o indivíduo do sexo masculino está em posição de superioridade enquanto que os de sexo feminino assumem um papel passivo e de inferioridade, criando dessa forma uma sociedade machista. A violência de gênero seria a agressão física, sexual ou psicológica contra um indivíduo em vulnerabilidade social devido a sua identidade de gênero. A violência de gênero é desencadeada pelas relações de poder na sociedade.

Rigorosamente falando, o poder não existe; existem práticas de ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E tudo funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas que se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento do poder. (Michel FOUCAULT, 1979, p. 16).

A dicotomia entre homem e mulher gerou uma sistematização de oprimido e opressor em que tudo aquilo que é considerado feminino é negado em detrimento do masculino e para a manutenção do patriarcado e do privilégio masculino, gerando sofrimento nos indivíduos em geral. Em conformidade com Paulino-Pereira, Santos e Mendes (2017) “a violência é resultado de diversas dimensões da estrutura e conjuntura de uma sociedade; sua dinamicidade segue o mesmo ritmo em que se dão as mudanças sociais”.

A violência de gênero, sendo assim, seria um sintoma da dinâmica opressiva dos papéis sociais de homens e mulheres e do controle dos corpos exercida por ela. “É possível dizer que a violência física e sexual mantida como uma forma de controle está ancorada na violência simbólica”. Paulino-Pereira, Santos e Mendes (2017)

Segundo Gomes (2016) a opressão do feminino acontece através de “um sistema complexo de transmissão e repetição irrefletida de valores particulares” cuja finalidade não é explicitada. Tais valores são passados como algo imutável e natural. Para Balestero (2015), os disseminadores da ideia de dominação de um gênero sobre o outro são as instituições basais da sociedade (como a família e a escola) onde através da comunicação impõem, de maneira indireta, valores e comportamentos que estimulam a manutenção de um “esquema inconsciente da ordem masculina”.

O Estado, a igreja e a escola foram e são as instituições mais importantes responsáveis pela construção dos papéis desempenhados pelos gêneros. A família é o berço da representação da dominação masculina, onde se inicia a primeira noção de divisão de tarefas baseadas no gênero. A igreja, sendo historicamente antifeminista perpetuou durante séculos, a noção moralista patriarcal de inferioridade feminina, condenando qualquer tipo de prática considerada subversiva aos costumes, como roupas ou determinados comportamentos (BALESTERO, 2015).

Entre os principais desencadeadores da violência de gênero está o desequilíbrio no exercício de poder, dentro da sociedade as pessoas designadas mulher ao nascer recebem um papel de oprimido enquanto aqueles designados homens o de dominador. Na maioria das vezes o propagador da violência é o homem cis. A insegurança em relação a sua masculinidade e o machismo acabam intensificando comportamentos agressivos, sendo a agressividade associada ao homem, como um ato compensatório de uma angústia que tem raízes em imposições sociais e não em uma realidade imutável. Esses comportamentos são muitas vezes pautados pelos discursos médicos e jurídicos, que como instâncias exercem poder dentro da sociedade. Muitos profissionais da área da saúde que ainda possuem um discurso biologicista e higienista e figuras judiciárias que perpetuam valores ultrapassados intensificam esses comportamentos.

A violência de gênero desencadeia processos de adoecimento na vítima e no agressor, que mesmo sofrendo continua com o comportamento violento. Isso se dá devido a uma cultura que instiga os homens a externalizar o seu sofrimento psíquico de forma agressiva ou ainda de validar sua identidade como homem e afirmar sua dominância. Segundo Guedes, Silva e Fonseca (2010) fora as manifestações da violência que atingem a saúde física das vítimas as que afetam a saúde mental estão entre: fadiga, ansiedade, depressão, distúrbios do sono, disfunção sexual, transtorno do estresse pós-traumático, entre outros.

A necessidade de que os profissionais psicológicos possuam qualificação para fazer o atendimento dessa população é inegável, porém, é imprescindível que para além de uma escuta psicodiagnóstico também haja a educação da população e principalmente dos profissionais nas esferas jurídicas e médicas acerca do machismo estrutural como forma de romper com o ciclo de injustiça de gênero. “Apresentar conceitos fundamentais da área dos estudos de gênero, os quais estruturam o modo de reflexão e de organização da vida social, de modo que os alunos compreendam a importância deste tema e suas repercussões nas representações e práticas de saúde”. Brandão e Alzuguir (2019)



Dados sobre a violência contra a mulher

De acordo com Vieira, Garcia e Maciel (2020) “Uma a cada três mulheres em idade reprodutiva sofreu violência física ou violência sexual perpetrada por um parceiro íntimo durante a vida, e mais de um terço dos homicídios de mulheres são perpetrados por um parceiro íntimo”. A maioria das denúncias são de mulheres declaradas pardas, entre 35 e 39 anos, com ensino médio completo e renda de até um salário mínimo.

Dos 3.739 homicídios de mulheres em 2019 no Brasil, 1.314 (35%) foram categorizados como feminicídios. Isso equivale a dizer que, a cada sete horas, uma mulher é morta pelo fato de ser mulher. Ao analisar o aspecto vínculo com o autor, revela-se que 88,8% dos feminicídios foram praticados por companheiros ou ex-companheiros. Assim, é comum que as mulheres estejam expostas ao perigo enquanto são obrigadas a se recolherem ao ambiente doméstico. (VIEIRA, GARCIA E MACIEL, 2020)

Violência contra a população T

Constituída pelas relações sociais presentes no cotidiano desde a infância, a identidade é entendida como uma transformação ao invés de uma simples formação, já que o sujeito está em constante socialização, internalizando papéis e alguns conceitos. Esse processo ocorre desde o início das socializações primárias do indivíduo, havendo interligação e ação de alguns pressupostos como trabalho, gênero, religião, classe social, etc. É a partir de sua concretização que o homem irá se sentir pertencente ou não a determinado grupo social, intensificado por seus aspectos emocionais que posteriormente influenciaram sua auto visualização, e também na forma como seu papel social será executado no meio em que vive (PEREIRA, 2017).

A identidade social trans é entendida como identidade de gênero que está associada a visualização que o indivíduo tem de si mesmo perante a sociedade, e seus modelos de gêneros instituídos pelo o que é “normal”, estabelecidos por ela. Vivendo em uma comunidade que sequer entende a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual, marcada por pensamentos sociais cristalizados e supervalorização de uma identidade masculina, percebe-se que a maioria da população trans é despossuída de laços de afeto e de direitos que são inerentes a qualquer pessoa humana, contribuindo para o prejuízo na qualidade de vida dessa população (DORNELAS,2020; SILVA,2014).

Mesmo diante da maior visibilidade que a população T está tendo, ainda encontramos barreiras normalizadoras que dificultam os cuidados integrais para essas pessoas. Dentro desse contexto, podemos observar um enrijecimento da prática profissional, reprodução de preconceitos e violências naturalizadas na sociedade e assunção de perfis homogeneizantes que excluem diversidades de gênero, religião, cultura, crenças, hábitos, costumes, entre outros. A necessidade que os indivíduos transgêneros possuem divergem de demandas tradicionais, o suprir dessas necessidades é muitas vezes impossibilitado pela violência que sofrem nesses espaços, acarretando em aspectos como automedicação e exposição a procedimentos clandestinos (ROSA; CARVALHO; PEREIRA; ROCHA; NEVES; ROSA, 2021).

É possível observar altos índices de violência e assassinatos sofridos pela população T (travestis, transexuais e transgêneros), gerando assim agravos relativos à saúde mental (depressão, tentativa de suicídio). Além disso, essa população sofre discriminação/violência sexual, em muitos casos devido à estigma da alta prevalência do HIV nas pessoas trans, representando obstáculos que influenciam no acesso desse segmento social aos serviços de saúde básica e especializada, se tornando assim um grupo em vulnerabilidade social. (MONTEIRO; BRIGEIRO; BARBOSA, 2019).

A vulnerabilidade desse segmento social está pautada no alto índice de violência, discriminação, exclusão social e marginalização sofrida por eles. De forma que, segundo a organização internacional Tgeu – Transgender Europe (2017), o Brasil é o

país em que mais houve assassinatos de mulheres travestis e transexuais no mundo no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2016, o que totaliza 938 mortes, 40% de um total de 2343. Butler (2016), sugeriu uma explicação para essa realidade quando diz que quando há algo que distorce a norma estabelecida, esse algo (nesse caso a população T) é penalizado, assim a norma é um veículo de violência, pois gera o sofrimento quando se distancia do reconhecido como padrão (MONTEIRO; BRIGEIRO; BARBOSA, 2019).

A respeito dos dados sobre a violência sofrida pela população T, pelos segmentos homens trans, mulheres trans e identidades não binárias carecem de investigação.

Os papéis de abuso sexual, outros abusos e discriminação na contribuição para o aumento das taxas de doença mental e automutilação em indivíduos transgêneros, não binários e binários, particularmente aqueles que foram designados para o sexo feminino ao nascer, em relação aos atribuídos ao sexo masculino, exigem investigação. (RIMES, GOODSHIP, USSHER, BAKER E WEST, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A personalidade do ser humano é moldada a partir da sua relação com o meio. Família, escola e amigos são associados como maiores influenciadores durante a infância e adolescência, formando assim os primeiros pares sociais influenciadores de personalidade e comportamento do indivíduo. A educação e cultura machista é presente desde o início do desenvolvimento humano, e aparece em frases que são ditas às crianças, em que tudo o que é negativo e indesejável possui relação ao feminino e/ou a quem distoa do padrão cis hétero normativo e o que traz orgulho é comparado ao masculino. Para se obter equidade e essas desconstruções de conceitos serem realizadas, é preciso construir uma sociedade que eduque a fim de erradicar pré julgamentos e estereótipos negativos relacionados ao feminino, já que os mesmos são mantidos para que se dê continuidade com o funcionamento social atual que se apoia

na opressão do gênero. Uma educação baseada em estudo, ciência e respeito é capaz de desconstruir um padrão imposto historicamente pela sociedade trazendo mais inclusão e aceitação ao tido como "diferente".

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

BALESTERO, Gabriela Soares; GOMES, Renata Nascimento. Violência de gênero: uma análise crítica da dominação masculina. Revista CEJ, v. 19, n. 66, 2015. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r34812.pdf>. Acesso em: 10 out.2021

BONAMIGO, Irme Salete. Violências e contemporaneidade. Rev. katálysis 11 (2), [S. 1.], p. 1-20, 18 dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HwMmgkb6Q35rBwwMCfhtqMw/?lang=pt>. Acesso em: 7 jun. 2021.

BRANDÃO, E. R.; ALZUGUIR, F. Programa da disciplina Gênero e Saúde (ISC004): graduação em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

BUTLER, J. (2016). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. Revista Estudos Feministas, [S. 1.], p. 119-136, 1 abr. 2015. DOI <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n1p119>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vgg89zFb8MWp4YHHbXZBTvc/?lang=pt#>. Acesso em: 10 out. 2021.

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. Revista Estudos Feministas, v. 18, p. 507-528, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vNpYg8vTqCJ5vxqCz9KfKVR/?lang=pt>. Acessado em 30 nov.2021

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. Ciência & Saúde Coletiva, [S. 1.], p. 1163-1178, 17 dez. 2007. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jGnr6ZsLtwkhvdkrdfhpcdw/?lang=pt#>. Acesso em: 10 out. 2021.

DE OLIVEIRA, Márcio; MAIO, Eliane Rose. "Você tentou fechar as pernas?" A cultura machista impregnada nas práticas sociais. Polêm!ca, v. 16, n. 3, p. 001-018, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/25199/18031>.>. Acessado em 27 out. de 2021

DE MELO, Lavínya Almeida; CHAVES, Maria Carmen. Importunação sexual: o machismo antecede a violência. Caderno de Graduação-Humanas e Sociais-UNIT-PERNAMBUCO, v. 4, n. 3, p. 83-83, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/facipehumanas/article/view/9885>>. Acessado em 27 out. de 2021

DORNELAS, Rodrigo et al. Qualidade de vida e voz: a autopercepção vocal de pessoas transgênero. Audiology - Communication Research [online]. 2020, v. 25 [Acessado 12 Outubro 2021] , e2196. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6431-2019-2196>>. Epub 11 Maio 2020. ISSN 2317-6431. <https://doi.org/10.1590/2317-6431-2019-2196>.

GOMES, Renata Nascimento. Teorias da dominação masculina: uma análise crítica da violência de gênero para uma construção emancipatória. Libertas: Revista de Pesquisa em Direito, v. 2, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/libertas/article/view/417/383>>. Acesso em: 10 out.2021

GUEDES, Rebeca Nunes; SILVA, Ana Tereza Medeiros Cavalcanti da; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. Escola Anna Nery, [S. l.], p. 625-631, 11 jun. 2010. DOI <https://doi.org/10.1590/S1414-81452009000300024>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/XLfNzJBDxfzRzqLGj6vpw/?lang=pt#ModalDownloads>. Acesso em: 11 out. 2021.

JUNIOR, Laerthe de Moraes Abreu; CARVALHO, Eliane Vianey de. O discurso médico-higienista no Brasil do início do século XX. Trabalho, Educação e Saúde, [S. l.], p. 427-451, 3 nov. 2012. DOI <https://doi.org/10.1590/S1981-77462012000300005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/rYdphf4bjPSgTXXMJcXP3vb/?lang=pt#>. Acesso em: 10 out. 2021.

LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley. Psicologia social: o homem em movimento. 13. ed. [S. l.]: Brasiliense, 2007. 220 p.

MACHADO, Juliana Costa; RODRIGUES, Vanda Palmarella; VILELA, Alba Benemérita Alves; SIMÕES, Aline Vieira Simões; MORAIS, Roberta Laise Gomes Leite; ROCHA, Elisama Nascimento. Violência intrafamiliar e as estratégias de atuação da equipe de Saúde da Família. Dossiê Violência: questão de interface entre a saúde e a sociedade, [S. l.], p. 1-15, 25 abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2014.v23n3/828-840/>. Acesso em: 7 jun. 2021.

MARQUES, C. G. P. (2016). Direito e Feminilidade: Crítica ao discurso jurídico colonial na lei do feminicídio. Editora Fi. <https://www.editorafi.org/090clarice>

MONTEIRO, Simone; BRIGUEIRO, Mauro; BARBOSA, Regina Maria. Saúde e direitos da população trans. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2019, v. 35, n. 4 [Acessado 14 Julho 2021] , e00047119. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00047119>>. Epub 08 Abr 2019. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00047119>.

MYERS, David G.; COSTA, Roberto Cataldo; BUENO, Daniel; MONTEIRO, Maria Cristina. Psicologia Social. [S. l.]: Artmed, 2014. 568 p.

PASCHE, Dário Frederico; PASSOS, Eduardo; HENNINGTON, Élide Azevedo. Cinco anos da política nacional de humanização: trajetória de uma política pública. Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, p. 4541-4548, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/hcgHbs6rBMNdsSww7PFbfhz/?lang=pt>>. Acessado em 01 dez. de 2021

PAULINO-PEREIRA, Fernando César; SANTOS, Lara Gabriella Alves dos; MENDES, Sarah Cristina Carvalho. Gênero e identidade: possibilidades e contribuições para uma cultura de não violência e equidade. Psicologia & Sociedade, [S. l.], p. 1-10, 29 set. 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i172013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/YfjPTvLjTXkZC37KmxwvKqw/?lang=pt#>. Acesso em: 10 out. 2021.

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. Revista Reflexão e Ação, [S. l.], p. 7-25, 10 abr. 2016.

RIMES, Katharine A; GOODSHIP, Nicola; USSHER, Greg; BAKER, Dan, WEST, Elizabeth. (2019) Non-binary and binary transgender youth: Comparison of mental health, self-harm, suicidality, substance use and victimization experiences. International Journal of Transgenderism, 20:2-3, 230-240, DOI: 10.1080/15532739.2017.1370627

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. Revista Estudos Feministas, [S. l.], p. 365-373, 21 abr. 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p365>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/Ct6B9JMscBjgK4DZgjXQkgn/?lang=pt#>. Acesso em: 10 out. 2021.

ROSA, Danilo Fagundes et al. Assistência de Enfermagem à população trans: gêneros na perspectiva da prática profissional. Rev. Bras. Enferm., Brasília , v. 72, supl. 1, p. 299-306, Feb. 2019 .

Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672019000700299&lng=en&nrm=iso
>. access on 01 May 2021. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0644>.

ROSA, Rosiléia; BOING, Antonio Fernando; SCHRAIBER, Lilia Blima; COELHO, Elza Berger Salema. Violência: conceito e vivência entre acadêmicos da área da saúde. Interface (Botucatu), [S. l.], p. 1-20, 5 jan. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/Cbr3ChY6bdPSc7kNvwN5LTk/?lang=pt>. Acesso em: 7 jun. 2021.

SILVA, Bruno de Brito; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto, v. 15, n. 2, p. 27-44, dez. 2014. Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 out. 2021.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? Revista Brasileira de Epidemiologia, [S. l.], p. 1-5, 22 abr. 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/1980-549720200033>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tqcyvQhqQyjtQM3hXRywsTn/?lang=pt#>. Acesso em: 11 out. 2021.